

"Nosso maior desafio é não permitir o retrocesso, a volta daqueles que implementaram as políticas neoliberais na década de noventa"

Artur Henrique, presidente nacional da CUT



25 MIL NO PACAEMBU PELAS 40 HORAS, JÁ! ASSEMBLEIA DEFENDE PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: MAIS EMPREGO E RENDA



A presidenta da CNTV, Cida Trajano, ao lado de Vagner Freitas, da CUT Nacional

Conferência Nacional da Classe Trabalhadora definiu agenda comum para mobilizar o país: Estado forte e atuante para promover crescimento

“A assembleia realizada no estádio do Pacaembu no dia 1º de junho de 2010 entrou para a história do país, estampando o crescente protagonismo do movimento sindical brasileiro que luta, unido, pela afirmação de um projeto nacional de desenvolvimento, que gere mais emprego, renda e direitos”, afirmou a presidenta da CNTV/CUT, Cida Trajano.

Com animada presença dos trabalhadores da indústria têxtil, do vestuário, couro e calçados. As 25 mil lideranças de mais de cinco mil sindicatos presentes na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora aprovaram uma agenda comum pela “soberania, democracia e valorização do trabalho” e sublinharam a necessidade de barrar qualquer retrocesso nas próximas eleições.

No documento unitário, CUT, Força, CGTB, CTB e NCST sublinham a necessidade de “fortalecer a presença das empresas nacionais nas cadeias produtivas”, ampliando o papel do Estado para “garantir o equilíbrio macroeconômico e estimular o fortalecimento do mercado interno, com políticas de acesso ao crédito, de redução dos juros e de distribuição de renda e riqueza”. Para as centrais, é preciso um Estado forte para “promover o equilíbrio federativo e a superação das desigualdades regionais”.

Este boletim é todo dedicado à Assembleia. Boa leitura!



FORTALECER MERCADO INTERNO ELEVAVEL NÍVEL DO EMPREGO E SALÁRIOS



Costureiras do ABC, Fiação e Tecelagem de João Pessoa-PB, Pernambuco e Sorocaba-SP, Unificado de São Paulo, Confeção Geral do Ceará, Calçados de Porto Alegre e Sapateiros de Sapiranga, presentes ao histórico evento.

Aumento real de 54% no salário mínimo beneficia mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras

“O crescimento econômico dos últimos anos, apoiado principalmente no fortalecimento do mercado interno e em políticas redistributivas, resultou em melhora na distribuição de renda e nas condições de vida da população. No entanto, ainda há um enorme déficit social a ser superado”, destaca o documento aprovado na Conferência.

Os 25 mil participantes definiram que é preciso “aprovar no Congresso Nacional o projeto de lei que materializa o acordo firmado entre as centrais sindicais e o governo de valo-

rização do salário mínimo”, cujo aumento real de 54% beneficia diretamente mais de 40 milhões de trabalhadores; “promover o crescimento econômico com mecanismos distributivos dos ganhos, inclusive desenvolvendo políticas que deem suporte à partilha dos ganhos de produtividade”, “intensificar políticas para aumentar a formalização do trabalho, como forma de elevar a participação do salário na renda nacional”, “coibir a rotatividade da mão de obra de forma a evitar a redução dos salários” e “ampliar e fortalecer o Piso Salarial Regional”.

CHEGOU A HORA DE REDUZIR A JORNADA

A aprovação da PEC 231/95, que propõe a redução constitucional da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem redução de salário, aliada ao aumento da hora extra de 50 para 75%, poderá gerar mais de 2,2 milhões de novos empregos, aponta o Dieese.

Para as centrais, esta é uma medida prioritária, porque os índices de produtividade subiram imensamente desde a última redução da jornada (de 48 para 44 horas) aprovada na Constituição de 1988. “É preciso limitar o trabalho em jornada extraordinária e destinar parte da jornada remunerada para atividades de educação e qualificação profissional, através de legislação específica”.

INVESTIR NA SEGURIDADE SOCIAL E GARANTIR SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS DE QUALIDADE

Para as centrais sindicais, consolidar o sistema de seguridade social brasileiro, “inclusivo e estável”, significa fazer cumprir os preceitos da Constituição, “assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento”, “garantir que orçamento da seguridade social seja utiliza-

do somente para o seu financiamento”, “elevar a qualidade dos serviços de saúde pública e fortalecer a medicina preventiva”, “elevar o percentual do orçamento público com o Sistema Único de Saúde (SUS)” e “ampliar e estimular a produção de medicamentos genéricos”.

UNIVERSALIZAÇÃO - Em relação à educação, a plataforma propõe medidas para “universalizar o acesso e a qualidade do ensino público em todos os níveis”, “incentivar políticas de combate à evasão escolar”, “cumprir



Cutistas pintaram o Pacaembu de vermelho

a Constituição Federal, que determina a aplicação de recursos vinculados de, no mínimo, 18% da União e 25% dos Estados e municípios para manutenção e desenvolvimento do ensino público”, “universalizar a educação infantil e o acesso às creches públicas”, “promover o acesso à educação técnica, tecnológica e profissional, combinado com educação formal para os jovens”, “garantir e ampliar a participação dos trabalhadores na gestão do Sistema S” e “melhorar as condições de educação no meio rural”.

PELO FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

“Garantir um sistema de previdência social pública e universal, estabelecer uma política de valorização e recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e extinguir o Fator Previdenciário e a Alta Programada” são pontos de honra para os sindicalistas.

O PETRÓLEO DO PRÉ-SAL É DO POVO BRASILEIRO

A plataforma propõe “a aprovação de uma nova legislação para o petróleo do pré-sal, garantindo a participação majoritária da Petrobrás no regime de partilha da produção, o controle nacional das reservas e de sua exploração e que os recursos do pré-sal sejam revertidos em educação, desenvolvimento social, tecnológico, investimento industrial e geração de emprego e renda”.